

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Abril 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 06 | DA DITADURA AO ESTADO NOVO

Após a queda da República e a morte prematura de Luís Derouet, o papel político e cultural da Imprensa Nacional perdeu importância. A afirmação do Estado Novo, a partir de 1933, introduziu uma nova retórica de poder, restringindo a atividade da Imprensa Nacional à edição de algumas obras essenciais de interesse nacional, ao *Diário do Governo* e aos impressos ou documentos destinados à administração pública.

Na década de 1930, a política de centralização do regime também levou à integração de outras tipografias na Imprensa Nacional que, por seu turno, foi forçada a encerrar as suas escolas profissionais. A Segunda Guerra Mundial atingiu mais duramente o setor gráfico e, conseqüentemente, a Imprensa Nacional, cujas dificuldades de acesso a matérias-primas e combustíveis a colocaram em risco de paralisação. Simultaneamente, a organização política da classe tipográfica ganhou nova força, criando focos de oposição e resistência ao regime por todas as oficinas.



Pedra litográfica para impressão do diploma de habilitação do ensino primário elementar e que fez parte dos exclusivos da Imprensa Nacional. Desenho de Martins Barata, 1937. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FUNDIÇÃO DE TIPOS: MODERNIZAR A PRODUÇÃO

Apesar do desenvolvimento profissional, industrial e cultural conquistado nos anos da Primeira República, o fabrico de letra denunciava um atraso significativo na década de 1920. O desenvolvimento da Fundição de Tipos tinha passado por várias tentativas de renovação entre o final da Grande Guerra e o início dos anos 1930, num contexto que era de crescente mecanização dos sistemas de fundição e em que se impunha modernizar a oferta do catálogo. Vale a pena referir, a este propósito, o longo debate interno entre as opções pela produção de tipo português, desenhado pelos artistas da Imprensa Nacional, ou pela simples reprodução de caracteres importados, embora a escolha recaísse sempre sobre esta última.



Suporte contendo vários corpos de tipos. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

No rescaldo do primeiro conflito mundial, a renovação da oferta tornou-se ainda mais estratégica tendo em conta a quebra de vendas e a crescente importação de tipo estrangeiro, sobretudo de origem alemã. Numa exposição enviada a Luís Derouet, em 17 de março de 1921, a Associação do Pessoal da Imprensa Nacional tinha chamado a atenção para a obsolescência do material existente em armazém e a conseqüente necessidade de fundir novas coleções que melhorassem o seu catálogo. Nessa altura existiam em armazém cerca de 15 toneladas de liga metálica que reunia 132 coleções de desenho «antiquado» e com fraca procura. Para além da acumulação de material ultrapassado e da necessária adaptação ao trabalho de fundição mecânica, continuava a funcionar o equipamento de fundição manual que, além do pouco rendimento, se encontrava frequentemente avariado. A todos estes entraves somavam-se, ainda por efeito da guerra, a fraca qualidade das matérias-primas, incluindo papel e tintas.

Ao longo dos anos vinte, a produção de tipo foi sendo mantida num convívio entre processos mecânicos e manuais, mas sempre em tensão pela modernização tecnológica e do ensino. Na verdade, a Oficina de Fundição precisava agora de adaptar-se ao mercado, o que passava não só por mudanças tecnológicas mas também de organização do trabalho e da produção. Entre 1926 e 1927, foram introduzidas quatro novas máquinas *Foucher* e duas *Küstermann*, além de equipamento de corte e acabamento.

Mas a longa batalha pela renovação da Fundição estendeu-se além da morte de Luís Derouet, agora com novos protagonistas e em plena Ditadura. Entre

eles esteve o fundidor Manuel Lopes Canhão, um dos principais promotores da renovação da oficina e futuro chefe da Fundição que, na década de 1950, realizaria várias missões de estudo pela Europa. Em 1928, Lopes Canhão fez chegar um plano detalhado de reorganização à comissão nomeada para estudar o processo. Como resultado, em abril de 1929, decidiu-se publicar uma nova tabela de preços e um pequeno Catálogo que incluísse novos tipos e vinhetas, entre outros ornamentos. As coleções de tipos consideradas desatualizadas foram finalmente retiradas do armazém para nova fundição e renovação do material das oficinas e da escola tipográfica.

A Fundição de Tipos entrava assim num novo ciclo, procurando afirmar a produção nacional e o aumento da oferta. Mas a curto prazo, a conjuntura económica internacional, que conduziu à Grande Depressão, afetou os fornecimentos de matérias-primas decorrentes das fortes flutuações do mercado, levando à retirada de alguns fornecedores essenciais.

EX-LIBRIS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

A queda da República, ditada pelo golpe militar liderado por Gomes da Costa e que deu lugar à Ditadura, em 28 de maio de 1926, veio transformar profundamente o contexto político e social do país, com especial impacto sobre o movimento operário. A relação entre a Imprensa Nacional e o poder político também mudou, retirando-lhe a centralidade cultural dos anos anteriores e remetendo a sua tipografia para um papel de impressora oficial essencialmente vocacionada para a produção do *Diário do Governo* e de impressos do Estado.



Cunho em aço do ano X da Revolução Nacional [década de 1930]. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Cartaz litografado, alusivo à primeira exposição internacional de *Ex-Libris*, acolhida pela Imprensa Nacional em outubro de 1927. Desenho de Alfredo Moraes. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Expositores de *Ex-Libris* numa das salas da Imprensa Nacional, 1927. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Em junho de 1927, num clima em que ainda parecia manter-se a abertura da Imprensa Nacional ao exterior e valorizar-se o seu papel catalisador da arte e da cultura, Luís Derouet promoveu um concurso para a criação do *ex libris* da Biblioteca, ao qual esteve associada a realização de uma grande exposição de *ex libris* nacionais e estrangeiros. A iniciativa, inaugurada em 4 de outubro, foi a primeira do género no país e reuniu trabalhos de vários países e proveniências, envolvendo os canais diplomáticos portugueses e deixando ecos por toda a imprensa portuguesa e estrangeira. Com a abertura da exposição, foram também inauguradas oito novas máquinas nas oficinas. O concurso para criação do *ex libris* da Biblioteca reuniu dezenas de propostas, dando a vitória a Raquel Gameiro.



Cunhos em aço e em cobre e prova de impressão do *Ex-Libris* da Imprensa Nacional. O desenho foi criado por Raquel Roque Gameiro, sendo vencedor do concurso lançado em outubro de 1927. Fotografias de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Mas o sucesso da exposição foi bruscamente interrompido pela morte trágica de Luís Derouet. Na noite de 31 de outubro, quando o diretor-geral deixava a Imprensa Nacional, foi baleado várias vezes por Manuel Pinto, um tipógrafo que estaria desempregado. Manuel Pinto, que tinha sido tipógrafo-paginador da *Batalha*, concorrera à Imprensa Nacional um ano antes, desistindo a meio do processo, sem explicação aparente, apesar das tentativas do diretor-geral para que prosseguisse o concurso. Como alternativa, e porque Manuel Pinto se integrava num conjunto mais alargado de tipógrafos desempregados, Derouet teria sugerido a sua integração na Associação dos Compositores ou na Biblioteca Nacional, onde lhe seria fornecido trabalho da Imprensa Nacional. A verdadeira motivação do crime — fosse o contexto de desemprego, um problema de ordem psiquiátrica ou razões de natureza política, como se chegou a sugerir — nunca foi verdadeiramente apurada.

Apesar do seu desaparecimento prematuro, Luís Derouet deixou marcas indeléveis na Imprensa Nacional. A sua memória, evidenciada pelas visitas fúnebres organizadas pelo pessoal nas décadas seguintes, foi evocada por muitos anos, em momentos de reflexão e tomada de decisão. O legado, vastíssimo, ficou patente no pensamento republicano com que orientou a direção, na Biblioteca até hoje aberta ao público, na produção bibliográfica, nas obras de instrução, na reorganização industrial, nas medidas de higiene operária, na luta incessante pelas melhorias orçamentais e pela modernização das oficinas. Ao diretor-geral

republicano sucedeu, interinamente, o coronel Dias Antunes, até maio de 1928, para se iniciar depois um longo ciclo de administração de António Gomes Bebiano, até então secretário da Imprensa e que tinha acompanhado de perto todo o período da direção anterior.

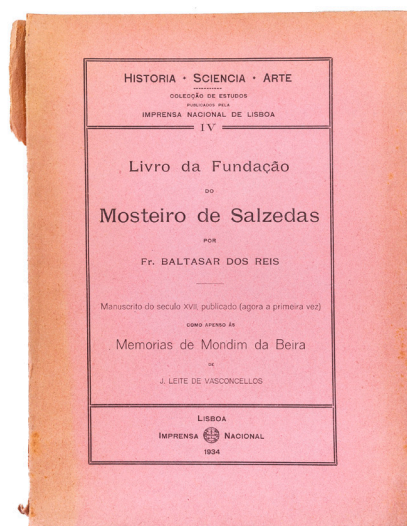
UMA NOVA POLÍTICA CULTURAL

As melhorias introduzidas nas oficinas — da Gravura à Fundição, da Composição à Impressão — refletiram-se na produção editorial da IN que, até ao final dos anos vinte prosseguiu uma missão mais próxima dos pressupostos republicanos e da orientação conferida por Luís Derouet, também responsável pela criação da primeira coleção designada «História, ciência, arte», em 1927.

Entretanto, a Ditadura foi dando lugar à progressiva reorganização do ensino e da política cultural. Logo em 1926, foi reorganizado o Conselho Superior de Instrução Pública, publicado o novo estatuto de instrução universitária, bem como os serviços administrativos das universidades, com a consequente reorganização de várias faculdades, implicando mesmo a extinção de algumas delas. Ainda em vida e já neste clima de mudança, Luís Derouet integrou uma comissão que reuniu escritores, editores e industriais, destinada a estudar um conjunto de medidas de proteção ao livro português e da sua expansão no estrangeiro.

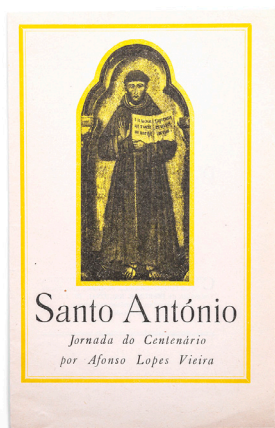


António Gomes Bebiano (1886-1955) entrou para a Imprensa Nacional como segundo escriturário, passando a secretário em 1914. Foi diretor geral e depois administrador da Imprensa Nacional de 1929 até à sua morte, em 1955. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Foi ainda em contexto de transição que surgiu, em 16 de janeiro de 1929, a Junta de Educação Nacional, instituição projetada desde a Primeira República mas cuja criação só se concretizou em sequência de um projeto de 1928, elaborado por uma comissão nomeada pelo então ministro da Instrução Duarte Pacheco com a missão de promover a investigação científica, a especialização académica, o aperfeiçoamento artístico, a expansão da língua portuguesa e, de modo geral, a política cultural externa do nosso país. Em breve, a Imprensa Nacional foi também chamada a fazer parte da estratégia de expansão da

Quarto fascículo da coleção «História, ciência, arte» criada em 1927. Volume de 1934, da autoria de Leite Vasconcelos. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Prova da edição *Santo António. Jornada do Centenário*, de Afonso Lopes Vieira, publicada pela Imprensa Nacional em 1932. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

língua e cultura portuguesas no mundo, designadamente no apoio ao apetrechamento de bibliotecas, leitorados, centros de língua e cultura e embaixadas. Em agosto de 1928, por exemplo, foi autorizado o envio de exemplares de obras editadas pela IN para a biblioteca portuguesa do curso de Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira na Sorbonne. A este pedido, e já no contexto de criação da JEN, sucederam-se outras solicitações, através dos canais diplomáticos, para envio de publicações para a Universidade de Roma e para o recém-criado Instituto Cultural em Praga, aos quais se acrescentaram práticas de permuta bibliográfica e de coleções de legislação.

Em 1934, numa estratégia mais estruturada, o secretário-geral da Junta, Francisco Leite Pinto, pediu junto da Imprensa Nacional o apoio necessário à distribuição de obras nas bibliotecas portuguesas no estrangeiro, com a cedência de cinco coleções das publicações em depósito na Imprensa Nacional destinadas às bibliotecas portuguesas de Colónia, Bona, Hamburgo, Bordéus e Paris. A Imprensa Nacional atendeu rapidamente ao pedido, apoiando a atividade das cadeiras de língua e literatura portuguesa e respetivas biblioteca em Universidades estrangeiras. A par das respostas à rede diplomática, a Imprensa foi também recebendo pedidos de bibliotecas municipais e escolares portuguesas.

«INTEGRAR A IMPRENSA NACIONAL NA SUA VERDADEIRA MISSÃO»

Com a progressiva afirmação do Estado Novo, a vocação da Imprensa Nacional foi sendo restringida a trabalhos destinados à Administração Pública, reforçando, nalguns casos, os exclusivos de impressão. No mesmo sentido, a sua diversidade editorial foi reduzida, redirecionando boa parte da produção de livros para a indústria particular.



Diploma de conclusão do 3.º ano de Serviço de Internato em enfermaria nos Hospitais Cívicos de Lisboa. Modelo da Imprensa Nacional, 1928-1929. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

No mesmo contexto, várias tipografias do Estado foram extintas e o seu pessoal e equipamentos absorvidos pela Imprensa Nacional. A medida enquadrou-se na política de estímulo à iniciativa privada, de contenção de custos e de centralização política. Ao longo dos anos 1930 e 1940 foram extintas e integradas na Imprensa Nacional: a tipografia da Biblioteca Nacional, a Tipografia do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, a Imprensa da Universidade de Coimbra, a tipografia do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e a Tipografia da Imprensa da Armada.

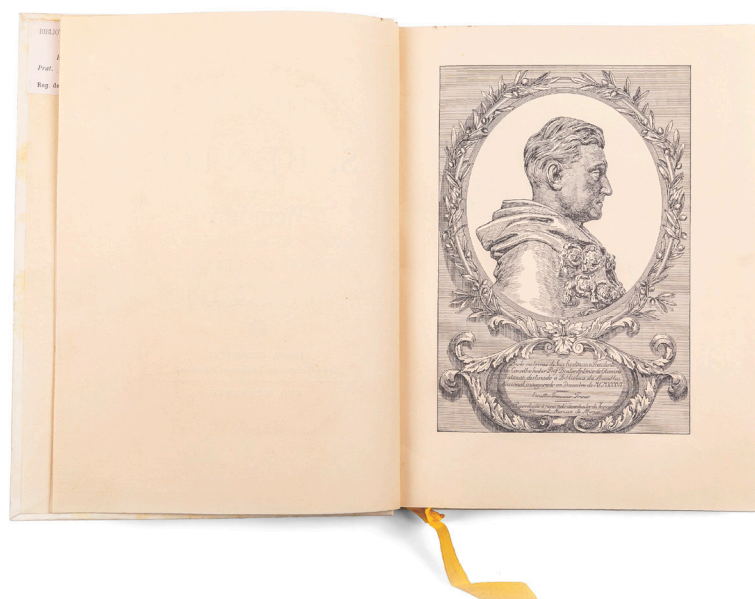
No caso da Imprensa da Universidade de Coimbra, e embora as primeiras propostas de integração remontassem ao período republicano, a extinção foi decretada em 30 de junho de 1934, impondo a transferência de material e equipamento para a Imprensa Nacional, em 29 de agosto do mesmo ano, e colocando o pessoal vitalício na situação de «adidos». Entre eles estava o ensaísta e historiador João Gaspar Simões, que durante vários anos assumiu a chefia da Biblioteca da Imprensa Nacional.

A par da concentração de recursos, a extinção da imprensa universitária obedeceu aos mecanismos de controlo institucional do Estado Novo, neste caso, com o objetivo de «neutralizar uma instituição com grande produção editorial e impressora, que eventualmente poderia fugir da fiscalização do Estado», como apontou Luís Reis Torgal num trabalho dedicado a este processo de extinção. Entre a Ditadura Militar e o Estado Novo, o ambiente de contestação estudantil, de tensão política e da própria política de instrução pública explicam em grande medida esta decisão, igualmente associada à marca republicana e pluralista da imprensa universitária, evidenciada pela longa administração de Joaquim de Carvalho. Entre todas as possíveis causas da extinção, estavam também, certamente, o favorecimento da indústria privada e critérios economicistas do Estado.

Edição de 1935, em formato de bolso, da *Constituição Política da República Portuguesa e Acto Colonial*. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Busto de Oliveira Salazar com imposição das insígnias doutorais, originalmente esculpido em bronze por Francisco Franco e inaugurado em dezembro de 1936 na Assembleia Nacional. Matriz em zincogravura e impressão na obra *Livros de S. Bento* a partir do desenho de Narciso Morais, 1936. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Também em 29 de agosto de 1934, as relações entre a Imprensa Nacional e a indústria privada foram reguladas através da redefinição dos trabalhos que passavam a caber à primeira. O diploma reviu as condições que vigoravam desde setembro de 1908, pelas quais cabia à Imprensa Nacional a execução de todos os trabalhos de impressão que se destinassem ao serviço do Estado, adequando-as agora o Estatuto do Trabalho Nacional. Ou seja, as novas condições ajustaram-se à doutrina corporativa, reduzindo ao mínimo necessário a exploração estatal de atividades comerciais e industriais. Doutrina essa que ficava explícita na extinção de oficinas e na evocação da «verdadeira missão» da Imprensa Nacional, «confiando-lhe apenas os serviços que pelo seu caráter não podem deixar de ser confiados a uma Imprensa do Estado». Como edições obrigatórias, foram-lhe confiados: o *Diário do Governo* e apêndices, as Atas e *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, o Orçamento Geral do Estado e orçamentos dos ministérios, as Contas do Estado, as Coleções oficiais de legislação, as Coleções oficiais ou acórdãos dos tribunais, os Boletins ou publicações que integrassem coleções de legislação, as ordens de serviço ou circulares, os Livros brancos relativos a negociações diplomáticas, os trabalhos confidenciais e os impressos integrados no exclusivo da Imprensa Nacional. Os restantes trabalhos de organismos públicos deveriam ser encomendados à indústria privada.

Cartão de identificação para acesso a áreas reservadas do Porto de Lisboa. Modelo 0063 da Imprensa Nacional, novembro de 1934. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Mas as limitações ao crescimento foram mais longe: o mesmo decreto proibiu a contratação de novo pessoal na Imprensa enquanto se reorganizassem os serviços e quadros, com exceção do pessoal das imprensas do Estado que fossem extintas. A medida resultou, inevitavelmente, na suspensão de admissão de novos aprendizes nas escolas da Imprensa Nacional. Assim, entre 1934 e 1945, as escolas gráficas da Imprensa Nacional estiveram encerradas para evitar novas admissões e permitir absorver o desemprego no setor. A decisão afetou profundamente a estrutura técnica e profissional das oficinas que, no final da Segunda Guerra Mundial se confrontaram com a falta de mão-de-obra especializada. Ao encerramento das escolas associou-se ainda a nova política de resolução da crise do trabalho no setor gráfico, muito marcado pela sobre-exploração do

trabalho dos aprendizes a par da crescente mecanização da composição tipográfica e consequente perda de trabalho pelos compositores manuais. Como medida de atenuação da crise, foi então criada uma tipografia anexa à Imprensa Nacional, instalada num edifício da Rua da Rosa e subsidiada pelo Fundo do Desemprego entretanto criado no âmbito do Commissariado do Desemprego. Em 1935 este «anexo» tinha esgotado a capacidade: ocupava 150 desempregados que trabalhavam em dois turnos.

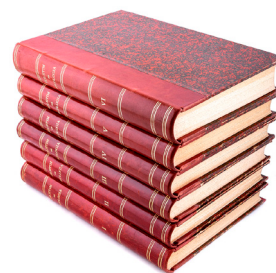


Escola de composição da Imprensa Nacional, década de 1920. Publicado por José Maria Gonçalves em *O Ensino Profissional: Do trabalho manual ao trabalho científico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927.

Embora limitada no tipo de produção a que estava autorizada, a Imprensa Nacional manteve uma posição privilegiada em relação a edições mais complexas, quer pela sua natureza técnica como pela utilização de caracteres especiais. Foi o caso do *Boletim de Filologia*, publicado pelo Centro de Estudos Filológicos da JEN, criado em 1932, tendo em conta a dificuldade das tipografias privadas em imprimir textos com caracteres gregos, arábicos e fonéticos. As edições desta natureza encontravam na Imprensa Nacional as competências técnicas e as coleções de tipos necessárias. De notar, aliás, que os caracteres fonéticos seriam propositadamente fabricados na Fundação de Tipos da IN para a impressão deste boletim.

A Imprensa Nacional assumiu, assim, um papel crucial neste tipo de edições, assegurando a sua sobrevivência. Disso mesmo daria conta o secretário do Centro de Estudos Filológicos, em setembro de 1934, Rodrigo Sá Nogueira, notando que «se o *Boletim de Filologia* não continuar a ser executado na Imprensa Nacional, a sua morte é fatal, porque nenhuma tipografia particular do país está nas condições de se encarregar dele.» Estas exceções ficaram associadas, sobretudo, a edições científicas e académicas, de que foi também exemplo a edição dos relatórios da Associação Portuguesa de Fotogrametria, cujo tipo necessário não estava disponível na indústria particular.

Boletim do Centro de Estudos Filológicos, criado em 1932 e colocado na dependência direta da Junta de Educação Nacional, responsável pelo financiamento desta edição. A direção do centro, presidida por José Maria Rodrigues, integrou figuras dos estudos linguísticos e etnográficos como Rebelo Gonçalves, Hernâni Cidade, Manuel de Paiva Boléo e Manuel Rodrigues Lapa. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



CONSTRUÇÃO DO QUOTIDIANO: O GRUPO DESPORTIVO

Acompanhando as práticas profissionais, os desafios artísticos, a produção editorial e os diferentes contextos políticos e sociais, a construção dos quotidianos marcou uma dimensão incontornável da história da Imprensa Nacional, boa parte da qual chegou até aos dias de hoje. A par do associativismo, dos sistemas de mutualismo, da cooperativa e de tantas outras medidas que foram dando forma às necessidades do pessoal, a criação do Grupo Desportivo foi, sem dúvida, uma das mais marcantes e duradouras.

Tanto quanto se sabe, a primeira tentativa de criação de um grupo desta natureza remonta a 1913, quando alguns aprendizes das várias escolas fizeram chegar a Luís Derouet um requerimento para constituir o «Grupo Desportivo da Imprensa Nacional». Em junho desse ano, o diretor-geral autorizou a organização do grupo sob a condição de não se afastar «dos exclusivos fins para que é criado», sendo também restrito aos aprendizes. Pouco mais se conseguiu apurar sobre a evolução desta primeira organização ou de uma segunda tentativa que, em 1915, pretendeu reconstituí-la. O contexto da guerra na Europa que, pouco depois, envolveu também Portugal poderá ter contribuído para a ausência dos recursos necessários e conseqüente desvanecimento da organização.



Catálogo do 5.º concurso e exposição de fotografia do Grupo Desportivo da Imprensa Nacional, 1942. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A iniciativa ficou adiada por mais duas décadas e acabou por surgir num ambiente político profundamente diferente e por isso sujeita ao enquadramento que o Estado impôs ao associativismo e organizações desportivas de modo geral. Mas a criação efetiva do Grupo Desportivo, em 1937, também procurou dar resposta a objetivos mais alargados, integrando a educação física, cultural e os lazeres, sendo desde logo acessível a todos os trabalhadores e respetivas famílias.

Em 5 de março de 1937, foi assim fundado o Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa, cujo funcionamento foi autorizado em 30 do mesmo mês e a sede instalada na Rua da Imprensa Nacional, n.º 110, 1.º andar, onde permaneceu até aos anos 1970. Tinha como objetivos fundamentais a promoção da educação física dos associados e o lazer, através de bailes, festas desportivas, excursões, récitas, festas desportivas e jogos.

Sarau do Grupo Desportivo [1930-1940]. INCM/Arquivo do Grupo Desportivo do Pessoal da Imprensa Nacional.



Em abril, estavam já acessíveis a Biblioteca e vários jogos recreativos como *ping-pong*, cartas, dominó, damas, xadrez, gamão, entre muitos outros. Curiosamente, o primeiro presidente do Grupo seria o atleta Jorge Vieira, antigo jogador do Sporting Clube de Portugal e funcionário da Imprensa Nacional.

A diversificação de modalidades e o alargamento de relações com outras entidades desportivas marcaram estes primeiros anos de vida do Grupo que, em 1939, assegurava o funcionamento das secções de ginástica, damas e xadrez, fotografia, basquetebol, natação e tiro, distinguindo-se nesta última com vitórias contra o Benfica e o Sporting

IMPRESSÕES DO TEMPO DE GUERRA

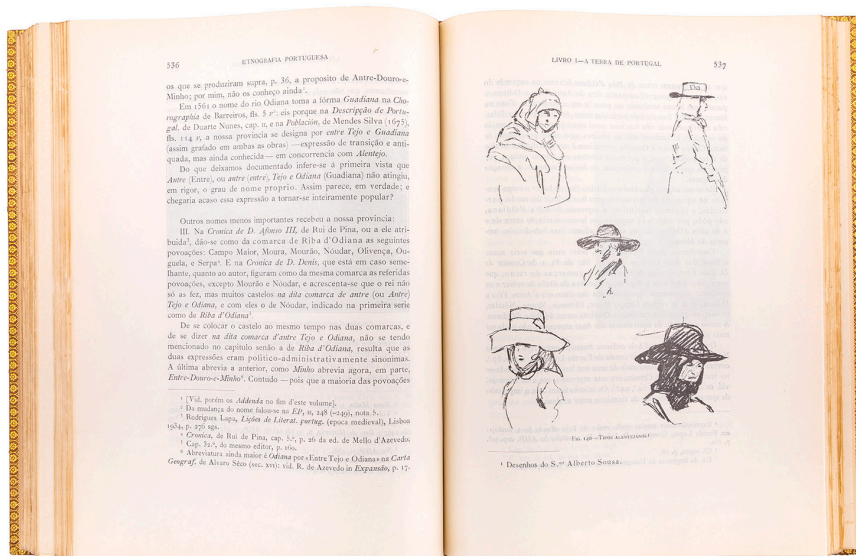
O final dos anos 1930 coincidiu com um dos períodos de maior intensidade propagandística e afirmação nacionalista do Estado Novo, que teve como corolário a organização das Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade, das quais fez parte a Exposição do Mundo Português, inaugurada em 4 de junho de 1940. No plano destas comemorações, a Academia das Ciências de Lisboa propôs a edição de um conjunto de

trabalhos evocativos, cuja impressão coube à Imprensa Nacional. Em julho de 1938, a Academia fez chegar ao ministro do Interior o pedido de autorização para execução, pela editora pública, das obras:

Dicionário Etimológico e Histórico da Língua Portuguesa;
Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (edição completa);
Gramática da Língua Portuguesa, «que será o código universal da língua e um cânone linguístico de rigorosa e completa informação»;
 Edição crítica das obras de Pedro Nunes;
Bibliografia Portuguesa (inventário bibliográfico geral da nação).

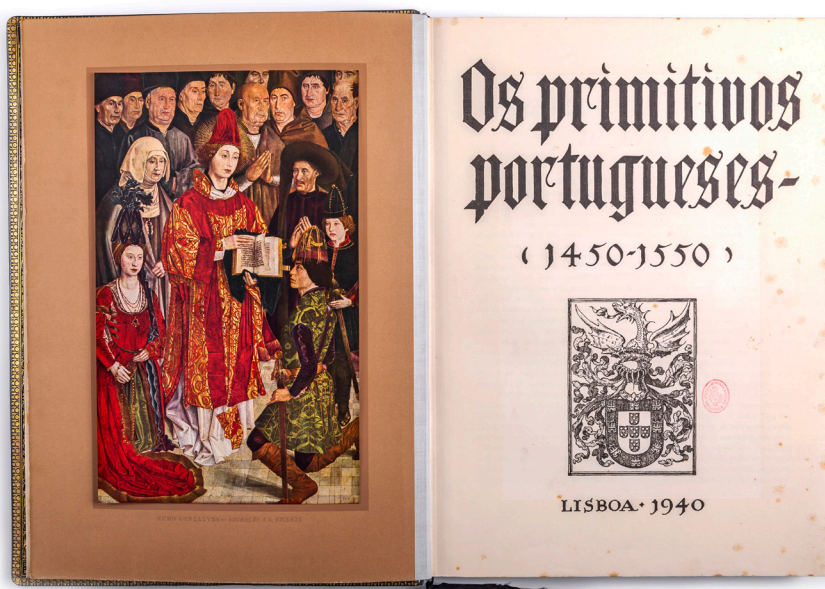
Esta opção era já «tradição da casa» para a Academia, favorecendo também o catálogo da Imprensa, ao incluir «publicações originais de alto valor e significado nacional como essas cinco obras são». Para além disso, a produção pela IN impunha-se, como noutros casos, pela impossibilidade de serem asseguradas pelo setor privado, tendo em conta as exigências de composição, revisão e impressão, a quantidade de material necessário à composição, a quantidade e natureza do tipo necessário (estimando-se, só para o *Vocabulário*, cerca de 12 toneladas de tipo!), implicando a produção de punções específicos na Oficina de Gravura e a fundição de tipo correspondente, além da confidencialidade das obras. Encontravam-se neste último caso a *Gramática* e o *Vocabulário*, tendo em conta o «muito ineditismo científico, trabalho original da Academia que seria lamentável que fosse violado antes do aparecimento da obra», levando mesmo a pedidos de vigilância sobre os compositores para evitar que levassem consigo folhas impressas ou provas. Perante as circunstâncias, a Imprensa Nacional foi autorizada a assumir os trabalhos, iniciados em janeiro de 1940.

Terceiro volume da *Etnografia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcelos, publicado em 1942, cerca de um ano após a sua morte. A Imprensa Nacional prosseguiu e concluiu a publicação da obra, editada em vários volumes. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A publicação do *Vocabulário Ortográfico*, em 1940, mereceu mesmo um louvor particular do seu autor, Francisco Rebelo Gonçalves, destacando a «magnífica edição da Imprensa Nacional» agora dada a conhecer junto do público em geral. Os dois primeiros volumes da *Bibliografia Geral Portuguesa* foram publicados nos anos seguintes, com o envolvimento das Oficinas de Gravura e de Impressão. Ainda no âmbito dos centenários, a Imprensa Nacional assumiu também a composição do texto e impressão do catálogo da exposição «Os Primitivos Portugueses». Em abril de 1940, o ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, fez chegar ao ministro do Interior um pedido urgente para que a editora pública colaborasse na composição e impressão da obra, cujas gravuras estavam em execução nas oficinas gráficas da Bertrand, com intervenção de Reinaldo dos Santos, delegado da comissão para a exposição. O sucesso da publicação e a sua importância política ficaram patentes nos louvores ministeriais e no elogio ao pessoal «com toda a solicitude e melhor boa vontade interveio na publicação do catálogo da Exposição dos Primitivos, conseguindo em tempo determinado dar cumprimento aos desejos do Governo».

Catálogo da exposição *Os primitivos portugueses*, editado pela Bertrand com apoio de composição e impressão da Imprensa Nacional, 1940. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Já no final de vida de Leite de Vasconcelos, a Imprensa retomou a coleção iniciada em 1927, «História, ciência, arte», com novos títulos da sua autoria. Em novembro de 1939, projetava-se a publicação do 5.º fascículo, desta vez dedicado à *Filologia Barranquenha*, a partir das recolhas de linguagem raiana realizadas em 1938 e 1939. Depois dos dois volumes publicados em 1927, *De Terra em Terra*, Leite de Vasconcelos tinha assinado também os 3.º e 4.º fascículos da mesma coleção, sobre *Memórias de Mondim da Beira* e a *Fundação do Mosteiro de Salzedas*, publicados, respetivamente, em 1933 e 1935.

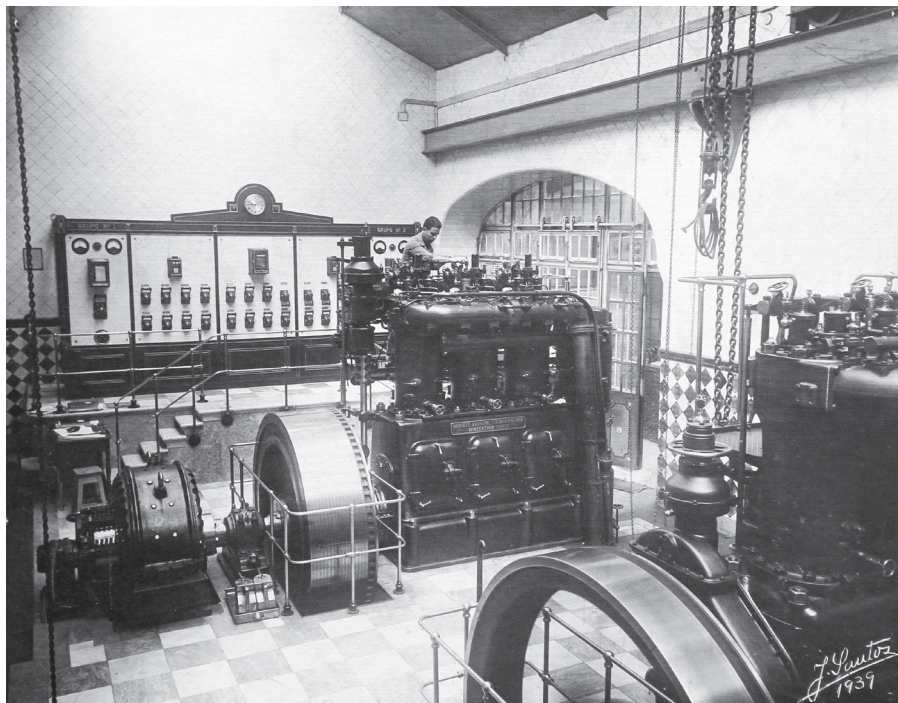
RESISTÊNCIAS

Um outro capítulo significativo da história da Imprensa Nacional e que, como tantos outros, se cruza com o contexto geral do país, inscreve-se na história da oposição ao Estado Novo, em que o operariado gráfico protagonizou episódios marcantes de resistência contra a ditadura. Com a criação, em 29 de agosto de 1933, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), o regime estendeu o mais importante tentáculo de vigilância e repressão, a par da censura e, mais tarde, da Legião Portuguesa. Logo nestes primeiros anos, e sobretudo a partir da tentativa de greve revolucionária de 1934, a Imprensa Nacional tornou-se palco de resistências, lugar de conspirações e cenário onde se formou uma das células do Partido Comunista Português.

Os primeiros processos conhecidos de vigilância política do operariado da IN remontam precisamente à greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934, em cuja preparação terão estado envolvidos o impressor Francisco Lyon de Castro — que em 1945 fundaria as Publicações Europa-América — e o encadernador Carlos Charbel Duminéé Girardin. Esta greve promoveu a insurreição contra a «fascização dos sindicatos», ou seja, contra a proibição das associações operárias e a consequente criação de sindicatos nacionais únicos e grêmios patronais enquadrados na organização corporativa. Foi organizada pelos movimentos anarcossindicalistas, comunistas e até socialistas, chegando a envolver, numa primeira fase, elementos do «reviralhismo», muitos dos quais tinham sido presos e deportados alguns meses antes. O movimento, que envolveu atentados bombistas, cortes de comunicações e ocupação de edifícios públicos, acabou por ser duramente reprimido pelo regime, seguindo-se julgamentos em tribunais especiais, demissões de funções públicas e prisões. A data marcou, definitivamente, o fim de uma era de sindicalismo livre, com o endurecimento da repressão e das perseguições políticas, bem como o esmagamento definitivo do movimento «reviralista».

Mas o envolvimento na atividade política clandestina dos anos 1930 estendeu-se também ao universo do anexo da Imprensa Nacional, onde alguns operários desempregados foram acusados de «atividade subversiva» e de pertencerem clandestinamente ao Sindicato Vermelho. Entre os oito suspeitos, indicados pelo ministro das Obras Públicas ao ministro do Interior, estavam Francisco Macedo Regueira, já anteriormente acusado de «furto e falsificação de letras», e Abraão Rodrigues Coimbra, tipógrafo e «delegado do Partido Comunista em Lisboa» que estaria ligado à Comissão Intersindical (organismo ligado à Internacional Sindical Vermelha) e ao Comité de Unidade Antifascista, aparelho criado numa reunião decorrida na Associação de Socorros Mútuos do Pessoal do Arsenal do Exército, onde estivera presente em representação da Associação de Classe dos Compositores Tipográficos. A vigilância lançada ao anexo na Rua da Rosa fazia crer na existência de diversos elementos «perigosos», entre os quais António Costa Lemos, preso no jornal *A Batalha* em 1927, Mário Luís Judicibus, que em 5 de outubro de 1932 tinha sido preso por «ter

«... dado vivas ao Comunismo e morras à Ditadura» e Adolfo Mendes, que estivera preso por envolvimento no fabrico de bombas.



Central elétrica da Imprensa Nacional em 1939. Fotografia de J. Santos. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pela sua natureza profissional, bem como pelo contexto industrial e potencialmente oposicionista, o operariado da Imprensa Nacional também se tornaria alvo de mecanismos de vigilância interna reforçada, onde a presença da Legião Portuguesa se fez sentir mais duramente. Criada oficialmente em 30 de setembro de 1936, como resposta ao apelo da corrente mais radical do regime, a Legião foi constituída como verdadeira milícia civil do Estado Novo que, a par do caráter «caceteiro» pelo qual ficou conhecida, cumpriu funções de vigilância e denúncia com marcas profundas entre os trabalhadores da Imprensa Nacional. Com a crescente inquietação social vivida nos anos de guerra, também o controlo e a denúncia aumentaram, desencadeando um quotidiano de tensões internas que, de forma mais ou menos explícita, refletia a crescente oposição ao regime. Em fevereiro de 1943, um ofício do Comando Geral da LP deu conta da crescente atividade oposicionista nas oficinas, com vários «casos comprovados de propaganda comunista e perseguição a legionários».

Datas importantes:

28 de maio de 1926	Pronunciamento militar chefiado por Gomes da Costa. A República é derrubada.
4 de outubro de 1926	É inaugurada uma nova máquina geradora <i>Sulzer</i> na oficina de eletricidade, com a presença do Presidente Óscar Carmona.
4 de outubro de 1927	Primeira Exposição de <i>Ex-Libris</i> Nacionais e Estrangeiros, acolhida na biblioteca.
1927	Primeira coleção editorial, intitulada «História, Ciência, Arte».
1 de novembro de 1927	Morte de Luís Derouet, assassinado por um tipógrafo desempregado. António Dias Antunes, coronel de infantaria, é nomeado Diretor-Geral da Imprensa Nacional em sua substituição.
1928	António Gomes Bebianio assume a direção, onde permaneceu até 1955.
28 de agosto de 1930	Visita do Ministro do Interior, Coronel António Lopes Mateus, à Imprensa Nacional.
11 de novembro de 1931	Diploma de honra e grande prémio na Exposição Colonial de Paris.
12 de novembro de 1931	Visita do ministro do interior e de diretores da Associação Industrial Portuguesa às oficinas, no âmbito da Semana Nacional do Trabalho.
1932	Grande prémio de honra na Exposição Industrial Portuguesa, realizada em Lisboa.
1933	Novo catálogo de tipos.
11 de abril de 1933	Estado Novo. Entra em vigor a nova Constituição Política da República Portuguesa, publicada pela Imprensa Nacional. Decreto-Lei que regulamenta a censura prévia às publicações gráficas.
29 de agosto de 1934	Suspensão das admissões e nomeações de pessoal, provocando a suspensão do ensino profissional. Diploma que manda «integrar a Imprensa Nacional na sua verdadeira missão, confiando-lhe apenas os serviços que pelo seu carácter não podem deixar de ser confiados a uma imprensa do Estado».

Março-abril de 1937	Criação do Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa.
1 de setembro de 1939	Início da Segunda Guerra Mundial. O Governo Português anuncia a neutralidade «equidistante» do País em relação ao conflito.
15 de fevereiro de 1941	Um forte ciclone destrói uma parte das oficinas da Imprensa Nacional.
1942-1944	Organização dos serviços de defesa contra possíveis ataques aéreos ao edifício e oficinas.
5 de setembro de 1944	Criação de um novo modelo de passaportes. Os impressos, sempre numerados e seriados, são exclusivos da Imprensa Nacional.
8 de maio de 1945	Rendição incondicional da Alemanha. Fim da Guerra na Europa.
15 de junho de 1945	Visita do Ministro do Interior, Júlio Botelho Moniz, às instalações da Imprensa Nacional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

1. ARQUIVOS

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo PIDE/DGS

Ministério do Interior

Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Diário das Sessões da Assembleia Nacional

Diário do Governo

3. DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

1.ª *Exposição de «Ex-Libris»* em Portugal: 1768-1923, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927-1928.

Administração Geral da Imprensa Nacional de Lisboa. *Ordens de Serviço* [1926-1945].

Grupo Desportivo e Recreativo da Imprensa Nacional, *Relatório e Contas da Gerência de 1939-1940 e Parecer do Conselho Fiscal*, [1939 a 1942].

4. JORNAIS E REVISTAS

Avante

Diário da Manhã

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

O Jornal do Comércio e das Colónias

5. BIBLIOGRAFIA

ALHO, Albérico Afonso, «Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 7 — *As Oportunidades Perdidas da Oposição*, Planeta Agostini, [s. l.], 2008, pp. 46-56.

CANHÃO, Manuel, *Nos Domínios da Arquitectura do Livro*, Lisboa, Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, 1952.

CANHÃO, Manuel, *Os Caracteres da Imprensa e a sua evolução histórica, artística e económica em Portugal*, Lisboa, Grémio dos Industriais de tipografia e fotogravura, 1941.

CARREGAL, Joaquim da Costa, *A evolução da tipografia (1440-1940)*, *Do Prelo de Gutenberg à Rotativa*, Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, 1941.

COSTA, Henrique Ferreira, *A Imprensa Nacional de Lisboa. 1768-1945 (Breve Notícia Histórica)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1945.

CORREIA, Araújo, *Portugal Económico e Financeiro*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938.

FARINHA, Ramiro, *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da Sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1969.

Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, Projeto de Regulamento Económico para a Indústria Gráfica, Lisboa, Oficinas Gráficas da Casa Holandesa, 1943.

Sindicato dos Industriais Gráficos de Portugal, *A Situação da Indústria Gráfica: Relatório Apresentado ao Ex.^{mo} Ministro do Comércio e Indústria, em 6 de Outubro de 1934, Justificando a Criação do Grémio da Indústria Gráfica*, Lisboa, Ottosgrafica, 1934.

TENGARINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa — Das Origens a 1865*, Círculo de Leitores/Temas e Debates, Lisboa, 2013.

TORGAL, Luís Reis, «O contexto político da extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo», in *Imprensa da Universidade de Coimbra: Uma História dentro da História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-124.

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.